

OLIVEIRA, J. A. . Gente em movimento: migração no contexto regional da Amazônia. In: Sidney Antonio da Silva. (Org.). Migrantes em contextos urbanos: uma abordagem interdisciplinar. Manaus: EDUA, 2010, v. , p. 165-182.

Sidney Antonio da Silva  
(organizador)

# Migrantes

em contextos urbanos:  
uma abordagem interdisciplinar



  
FAPEAM

  
EDUA  
EDITORA DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO AMAZONAS

A persistência das formas de naturalização nas ciências sociais mostra-se como uma das principais dificuldades dos trabalhos de pesquisa, sobretudo, daqueles que elegem como objeto de estudo o fenômeno da migração. Séries estatísticas com ênfase nas continuidades, interpretações demografistas, assinalando regularidades e elementos comuns; testes produzidos através de verificações empíricas e os modelos push/pull e fatores de expulsão/fatores de atração prevaleceram por décadas a fio como os procedimentos legítimos para satisfazer os critérios lógicos do sistema de enunciados que pretendia explicar o fenômeno da migração. A testabilidade e a verificabilidade se destacaram como procedimentos metodológicos, desaprovando qualquer tentativa de análise sociológica fora do campo da ciência empírica "positiva". Tal modo de pensar a questão se consolidou a partir dos efeitos da descolonização, com os deslocamentos para a Europa de pessoas e grupos de diferentes continentes. A noção de migração tornou-se, em decorrência, geografizada e autoevidente. Este padrão explicativo caracteriza os trabalhos referidos à região amazônica, produzidos a partir da segunda metade dos anos 1960-70 principalmente no âmbito da SUDAM.

## Migrantes em contextos urbanos: uma abordagem interdisciplinar

Migrantes em contextos urbanos: uma abordagem interdisciplinar

BIBLIOTECA PARTICULAR  
José Alcaemir de Oliveira  
Livro Nº \_\_\_\_\_  
Data de aquisição: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Migrantes em contextos  
urbanos: uma abordagem  
interdisciplinar

Sidney Antonio da Silva  
Organizador

**Migrantes em contextos  
urbanos: uma abordagem  
interdisciplinar**



2010

Copyright © 2010 Universidade Federal do Amazonas

RETORA  
Márcia Perales Mendes Silva

EDITORA  
Iraíldes Caldas Torres

REVISÃO TÉCNICA  
Cinara Cardoso

CAPA E PROJETO GRÁFICO  
Lo-Amami Santos

Migrantes em contextos  
urbanos: uma abordagem

Ficha Catalográfica elaborada por Sueli Oliveira Moraes – CRB 11/365

M636 Migrantes em contextos urbanos: uma abordagem interdisciplinar /  
Organização de Sidney Antonio da Silva. – Manaus: EDUA,  
2010.  
346 p.  
ISBN 978-85-7401-507-1

1. Migração – Brasil 2. Migração – Amazônia I. Silva, Sidney Antonio  
da (Org.).

CDU 314.7 (81)

#### EDUA

Editora da Universidade Federal do Amazonas  
Rua Coronel Sérgio Pessoa, n. 147 – Centro  
Fone: (0xx92) 3305-5410  
CEP 69.005-030 – Manaus/AM  
www.ufam.edu.br e-mail: edua\_ufam@yahoo.com.br

## Sumário

<b>Apresentação</b> .....	7
<b>Deslocamentos populacionais e mobilidade fictícia: a razão fetichizada do migrante e do seu pesquisador</b> <i>Heinz Dieter Heidemann</i> .....	15
<b>Migrantes Maranhenses nas terras paulistas</b> <i>Maria Aparecida de Moraes Silva</i> .....	35
<b>Aspectos sociodemográficos dos migrantes no Nordeste</b> <i>Wilson Fusco</i> .....	77
<b>Mudanças no percurso migratório de migrantes urbanos: breves reflexões sobre os resultados de Manaus</b> <i>Márcia Maria de Oliveira</i> .....	103
<b>Migrantes urbanos em Manaus: perfil, percurso migratório e mobilidade intraurbana</b> <i>Danielle Pereira da Costa</i> .....	129
<b>Migrantes na cidade de Manaus: processos de inserção na metrópole e mudanças socioculturais</b> <i>Sidney Antonio da Silva</i> .....	147
<b>Gente em movimento: migração no contexto regional da Amazônia</b> <i>Jose Aldemir de Oliveira</i> .....	165
<b>Índios Urbanos: processo de reconformação das identidades étnicas indígenas em Manaus</b> <i>Roberto Jaramillo Bernal</i> .....	183



<b>Hermanos Amazônicos: processos identitários e estratégias de mobilidade entre peruanos e colombianos em Manaus</b> <i>Sidney Antonio da Silva</i> .....	205
<b>Refugiados colombianos na Amazônia: elementos para uma sociologia dos deslocamentos compulsórios</b> <i>Márcia Maria de Oliveira</i> .....	223
<b>Migrações e Direitos Humanos</b> <i>Carmen Lussi</i> .....	261
<b>Estratégias de inserção dos migrantes nas cidades e a acolhida institucionalizada</b> <i>Sidnei Marco Dornelas</i> .....	279
<b>A Pastoral do Migrante em Manaus: experiências e desafios</b> <i>Carolina de França</i> .....	305
<b>Deslocamentos compulsórios na cidade de Manaus</b> <i>Tania Maria Barroso Ferreira</i> .....	311
<b>Migrações em Rondônia: questões atuais</b> <i>Renata da Silva Nóbrega</i> .....	325
<b>Depoimento de migrante</b> <i>Rocio del Carmen Celis Lozano</i> .....	343

## Apresentação

Essa coletânea de textos nos oferece um panorama da problemática que envolve o estudo das migrações no Brasil contemporâneo e, em especial, na Amazônia. É o resultado de esforços dos pesquisadores que fazem parte do Grupo de Estudos Migratórios na Amazônia – GEMA, mas também de outras instituições do país, os quais, a partir de diferentes enfoques e contextos, abordam questões que envolvem tanto a compreensão do fenômeno migratório com suas implicações mais amplas, quanto a necessidade de dar respostas concretas a quem se encontra na condição de vulnerabilidade que a migração pode ensejar.

Um dos desafios assumidos pelo referido grupo foi a realização de uma pesquisa proposta pelo Centro de Estudos Migratórios Scalabrinianos de Brasília, com o objetivo de estudar mudanças no percurso migratório de migrantes em algumas capitais brasileiras. Na Amazônia, a cidade escolhida foi Manaus, em razão do seu intenso crescimento populacional nas últimas décadas do século passado e da sua importância econômica na Região Norte do Brasil.

Objetivando discutir os resultados da referida pesquisa, o GEMA organizou um seminário intitulado: *Migrações na Amazônia, desafios e perspectivas*, o qual foi realizado entre os dias 10 e 11 de novembro de 2008 na Universidade Federal do Amazonas, e contou com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM. Dele participaram pesquisadores locais e de outras regiões do país, cujas temáticas abordadas numa perspectiva interdisciplinar, contribuem para enriquecer o debate

do fenômeno migratório no contexto brasileiro e, em particular, na Amazônia.

Num contexto marcado pela migração intraestadual, mas não exclusivamente, já que temos também a presença de migrantes interestaduais e internacionais, o desafio que se coloca aos estudiosos do fenômeno migratório é tentar explicar a lógica subjacente a estes movimentos populacionais que continuam visualizando na metrópole amazonense a possibilidade de dias melhores. Aliás, vale notar que a ideia veiculada nos meios de comunicação social local sobre Manaus contribui para alimentar, em grande parte, estes sonhos, já que, segundo tais visões, trata-se da "cidade que mais cresce no país".

Parafrazeando Lévi-Strauss, poderíamos dizer que as migrações são "boas para pensar", entre outras coisas, as condições do processo de urbanização no norte do país; a questão da cidadania; a dinâmica cultural e os preconceitos em relação aos (i) migrantes, entre eles os indígenas. Essas populações, advindas, em grande parte do meio "rural" amazônico e de outras regiões do país, particularmente do Nordeste, são vistas, não raras vezes, por grupos econômicos e formadores de opinião locais como "invasoras" e gente de "baixa cultura", que pouco ou nada contribuem para o enriquecimento cultural da cidade. Nessa perspectiva, eles são reduzidos à mera condição de força de trabalho, outrora indispensável para a reprodução do capital na "fronteira" Amazônica.

Se, no século passado, as migrações internas que tiveram como principal destino o Sudeste brasileiro, eram entendidas pelas teorias econômicas como consequência do processo de industrialização que lá se deu, atraindo populações rurais para as cidades, hoje, tal teoria parece não dar mais conta de explicar esse fenômeno, em razão das mudanças ocorridas no sistema produtivo em nível global, o qual descarta cada vez mais força de trabalho, seja ela especializada ou não. Da mesma forma, outras teorias que focavam o âmbito social da migração, analisando-as como parte do

"equipamento cultural tradicional" e como a única possibilidade de melhorar as condições de vida, também apresentam os seus limites, uma vez que a mobilidade espacial parece garantir cada vez menos a tão sonhada mobilidade social.

É nesse contexto de uma "mobilidade sujeitada" e, cada vez mais, "fictícia", que Heinz Dieter Heidemann propõe-se a fazer uma crítica radical ao sistema de produção de mercadorias, o qual mobiliza a força de trabalho através de uma "coerção silenciosa". Nessa perspectiva, o mesmo autor contesta a ideia de que os deslocamentos populacionais se dão a partir de uma "racionalidade", em que o migrante é capaz de escolher o que melhor lhe convém, a partir da equalização entre custos e benefícios. É o que ele chama de "razão fetichizada", presente tanto no migrante, quanto no seu pesquisador, na medida em que esses naturalizam os processos sociais.

Ao contrário deste texto que não se detém a um contexto empírico específico, os demais aqui apresentados se reportam a realidades concretas de migrantes, sejam eles no contexto amazônico, ou em âmbito mais amplo, como é o caso dos maranhenses nas terras paulistas, abordado por Maria Aparecida Moraes. Nesse trabalho a autora discute as migrações internas, particularmente aquelas definidas como temporárias, sob a ótica dos processos sociais que envolvem aqueles (as) que partem e aqueles (as) que ficam. O universo empírico da investigação se concentrou em duas cidades de origem dos migrantes – Timbiras e Codó, situadas no sudeste do estado do Maranhão – e na região de destino de Ribeirão Preto – SP, considerada o maior polo produtor de açúcar e álcool do país.

Num outro contexto, Wilson Fusco estuda os aspectos sócio-demográficos dos imigrantes no Nordeste, apontando mudanças na dinâmica migratória da referida Região, como é o caso da diminuição do número de emigrantes, por um lado, e pelo expressivo aumento em volume nos fluxos migratórios de retorno, por outro. O

Autor chama a atenção ainda para o fato de que embora, a década de 1990, tenha sido caracterizada pela retomada da emigração, a partir do Nordeste, em patamares elevados, a imigração – de nordestinos e não-nordestinos – para esta região continuou a ocorrer de forma importante.

Nessa mesma vertente, porém, tendo como cenário a Região Norte do Brasil, os textos de Danielle Pereira da Costa, Márcia Maria de Oliveira e Sidney Antonio da Silva, os quais sob diferentes prismas, analisam os dados recolhidos pela pesquisa realizada pelo Gema na cidade de Manaus em 2008. Estas análises, ainda que preliminares, apontam que a capital amazonense continua sendo um polo de atração de migrantes, particularmente para os amazonenses. Márcia Maria de Oliveira aponta os problemas e limites da metodologia adotada pela referida pesquisa, bem como analisa os fatores que fomentam os deslocamentos populacionais no Amazonas e na cidade de Manaus. Numa perspectiva sócio-demográfica, Danielle Pereira da Costa mostra a origem e o perfil desses migrantes, sugerindo um processo de "esvaziamento" do interior amazonense, o qual não constitui uma novidade no cenário regional, mas deve ser compreendido a partir da lógica do avanço do capital na "fronteira" amazônica. Já o texto de Sidney Antonio da Silva discute os processos de inserção dos migrantes em meio urbano, sinalizando as possíveis mudanças culturais decorrentes de tais processos. O autor mostra que, apesar das exíguas chances de uma possível mobilidade social, a cidade de Manaus continua representando para os migrantes a possibilidade de dias melhores, entre eles, os indígenas.

Aliás, vale notar que a problemática dos indígenas na cidade foi objeto de uma abordagem específica no seminário *Migrações na Amazônia*, já que eles também foram incluídos na amostra levantada pela pesquisa supracitada. Analisando os dados de uma outra pesquisa realizada pelo Conselho Indigenista Missionário – CIMI, com o objetivo de mapear os indígenas residentes em Manaus,

José Aldemir de Oliveira trabalha com a hipótese de que a migração deles para a capital amazonense não seria uma opção a mais, mas "a última possibilidade de sobrevivência" e, no limite, é "a possibilidade de o índio continuar sendo índio". Apesar dos preconceitos e das dificuldades enfrentadas no contexto urbano, segundo o mesmo autor, a perspectiva do retorno à aldeia parece estar fora de cogitação. A cidade apresenta-se, portanto, para esses indígenas, como o *locus* da sua reprodução sociocultural e da sua reafirmação étnica.

Nessa perspectiva, Roberto Jaramillo Bernal aponta que entre os "índios urbanizados" e, particularmente, entre os "índios da cidade", aqueles que nasceram no meio urbano, acontece um processo de reconformação da identidade étnica, a partir de um processo organizacional. Tal processo confere visibilidade e, ao mesmo tempo, legitima a identidade veiculada, mediante a escolha de elementos culturais, como é o caso do artesanato, os quais passam a ser diacríticos para os diferentes grupos indígenas. E nesse processo, é preciso construir um espaço político onde as suas reivindicações sejam veiculadas e aceitas.

Além da problemática que envolve as migrações internas, o referido seminário abordou também a imigração, focando especificamente os imigrantes hispanoamericanos em Manaus, entre eles peruanos e colombianos. Partindo do pressuposto de que o Brasil continua sendo para eles o lugar das oportunidades de trabalho e de uma possível mobilidade social, Sidney Antonio da Silva mostra como se dá a inserção desses imigrantes na cidade, explicitando a relação entre os processos identitários e as estratégias de mobilidade social adotadas por eles. Contudo, é importante ressaltar que nem todos enfrentam os mesmos problemas, como é o caso dos refugiados colombianos, abordado por Márcia Maria Oliveira. Essa dramática realidade merece uma análise específica, já que do ponto de vista jurídico eles se enquadram numa outra legislação, qual seja, o Estatuto do Refugiado. Tal enquadramento não lhes garan-



te, porém, uma inserção mais "fácil" que a dos demais imigrantes hispânicos na sociedade brasileira. Ao contrário, eles enfrentam vários desafios, entre os quais destacam-se a dificuldade de se conseguir trabalho, por que, de um modo geral, se relaciona os refugiados com a "subversão", além do medo constante que vivenciam, em razão da possibilidade de serem descobertos por algum dos seus perseguidores do país de origem.

A problemática dos refugiados enseja, portanto, a necessidade de uma discussão mais ampla sobre o prisma dos direitos humanos no contexto das migrações, pois apesar de estarem numa condição de vulnerabilidade, seja como indocumentados, ou como refugiados, os trabalhadores migrantes e suas famílias também são sujeitos portadores de direitos. É o que aborda Carmen Lusi ao discutir a situação dos direitos humanos no contexto atual, mostrando suas contradições, pois entre a legislação e a realidade há situações gritantes de desrespeito aos direitos dos migrantes. O ponto de partida para tal discussão é, segundo a mesma autora, o reconhecimento da dignidade humana como valor inquestionável e universal, sobrepondo-se às legislações locais.

Para minorar esta situação, vale destacar o papel das instituições sociais que se dedicam à acolhida dos migrantes em diferentes contextos, entre elas a Pastoral do Migrante. Nesse sentido, Sidnei Marco Dornelas analisa as estratégias de inserção dos migrantes nas cidades e a acolhida institucionalizada, particularmente na cidade de São Paulo, mostrando que esses lugares de acolhida passam a ser um serviço a pessoas "carentes" que ainda sonham com sua reinserção duradoura no mercado de trabalho. Dissociada das redes dos migrantes e de suas estratégias autônomas de inserção, esse tipo de acolhida, segundo o mesmo autor, trata os migrantes como "objeto" de políticas e não como "interlocutores" na elaboração de propostas inovadoras de inserção social. Aparte as limitações desse tipo de acolhida, importa ressaltar iniciativas de apoio aos migrantes em contextos desprovidos de qualquer for-

ma de ajuda, como é o caso do trabalho realizado pela Pastoral do Migrante em Manaus. Nessa perspectiva, Carolina França, agente da referida Pastoral, mostra a importância da hospitalidade e da orientação jurídica oferecida aos imigrantes que por lá passam, revelando a necessidade da implementação de políticas públicas voltadas àqueles que se encontram na condição vulnerável de transeunte, seja ele brasileiro ou não. O depoimento de uma imigrante colhido pela referida missionária é a prova da necessidade dessa forma de intervenção social.

Finalmente, apresentamos as comunicações de pesquisas ainda em processo de elaboração das pesquisadoras Tânia Maria Barroso e Renata da Silva Nóbrega, as quais a partir de diferentes contextos, mostram especificidades das migrações na Amazônia. A primeira atenta para as implicações dos deslocamentos populacionais na cidade de Manaus, produzidos pelo Programa de Revitalização Social e Ambiental – PRÓSAMIM, e a segunda, para o desencanto dos migrantes com o "novo Eldorado Amazônico" em Rondônia, bem como para um possível fluxo migratório que as construções das hidrelétricas no Rio Madeira poderão ensejar.

Manaus, novembro de 2009

Sidney Antonio da Silva  
Organizador

MELO, L. F. de; PINTO, R. F. O migrante rural e a reconstrução da identidade no imaginário na cidade. In: OLIVEIRA, J. A. et al. (org.) *Cidade de Manaus: visões interdisciplinares*. Manaus: EDUA, 2003.

MOURA, M. M. Festa no Sertão. *Travessia*, n. 15, São Paulo, CEM, p. 22-26, 1993.

OLIVEIRA, J. A. As pequenas cidades da Amazônia: espaços perdidos e reencontrados. In: DAMIANI, A. L.; ALESSANDRI, A. F.; SEABRA, O. C. L. (org.). *O espaço no fim do século: a nova raridade*. São Paulo: Contexto/Labur, 2001.

\_\_\_\_\_. *Cidade na Selva*. Manaus: Valer, 2000.

PEREIRA DE QUEIROZ, M. I. *Sociedade rural, sociedade urbana no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1978.

RICCI, M. O fim do Grão-Pará e o nascimento do Brasil: movimentos sociais, levantes, e deserções no alvorecer do Novo Império (1808-1840). In: DEL PRIORE, M.; GOMES, F. (org.). *Os Senhores dos rios*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

SATHLER, D.; MONTE-MOR, R.; MAGNO DE CARVALHO, J. A. Dinamismo demográfico, migração e desequilíbrios nas redes urbanas da Amazônia Legal. In: ENCONTRO NACIONAL DE MIGRAÇÕES, 6. Belo Horizonte, 2009.

SAYAD, A. *A Imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EDUSP, 2002.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O. G. (Org.). *O fenômeno urbano*. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1979.

WAGLEY, C. *Uma comunidade Amazônica. Estudo do homem nos trópicos*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988.

WIRTH, L. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, O. G. (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1979.

## Gente em movimento: migração no contexto regional da Amazônia

José Aldemir de Oliveira<sup>1</sup>

### Introdução

A dinâmica demográfica, do ponto de vista geográfico, pode ser tratada inicialmente como o conjunto de dados mensurados em cada tempo, a qual se utiliza de informações censitárias e se constitui numa representação quantitativa, mas é concomitantemente abstrata. Parte-se do ponto de vista de que a população está relacionada à força de trabalho e a sua dinâmica exprime a forma histórico-social concreta de como ocorre a espacialização da sociedade e, no caso específico da Amazônia, a relação da sociedade com a natureza. A dinâmica demográfica, portanto, expressa as demarcações históricas da formação de determinada sociedade em cada tempo e lugar. Nesse sentido, a migração aparece como mobilidade territorial da população. Essa é uma das interpretações possíveis e é a que norteará este artigo. Na primeira parte, é apresentada a análise contextual da migração na Amazônia fazendo breve incursão histórica focada especialmente na cidade de Manaus e, na segunda parte, é apresentado o resultado de uma pesquisa sobre população indígena realizada na capital amazonense que, apesar de até certo ponto defasada, visto que foi realizada ainda nos anos noventa, possibilita ser cotejada com estudos mais recentes.

<sup>1</sup> Professor Titular do Departamento de Geografia da UFAM; Pesquisador do CNPq.

### Migração na Amazônia

Quando os europeus iniciaram o processo de colonização, a Amazônia não era um vazio demográfico; portanto, a região não estava desocupada.<sup>2</sup> A "ocupação" nos primeiros séculos significou "uma forma peculiar de colonização que, longe de acrescentar novos contingentes humanos à área, sangrava-a ininterruptamente em suas populações indígenas" (MOREIRA NETO, s.d., p. 17).

Da mesma forma, a Amazônia, apesar da densidade demográfica, 1,48 hab./km<sup>2</sup>, quase sempre ser apontada como baixa, na verdade não se constitui no "vazio demográfico" que se apregoa. Muitas das áreas onde se instalam novas formas de relações sociais de produção já estavam ocupadas por ações pretéritas executadas por pequenos agricultores, posseiros e índios. Tais ações não podem ser consideradas como atrasadas, mas articuladas à lógica da vivência da população com o seu território.

Historicamente o processo de "ocupação" da Amazônia sempre se baseou na transferência de significativos contingentes populacionais vindos de fora da região. No período colonial, entre 1755-1816, foram trazidos para o que corresponde hoje à Amazônia algo como 34.934 escravos africanos. A partir de meados do século 19, com a borracha, o fluxo migratório veio do Nordeste, aparecendo como causa as secas cíclicas que atingem aquela região fazendo com que nordestinos se deslocassem para o interior amazônico, seguindo os vales dos rios, constituindo-se na principal força de trabalho para a extração de látex. Estima-se que cerca de meio milhão de nordestinos migraram para a Amazônia entre as três últimas décadas do século 19 e as duas primeiras do século 20.<sup>3</sup>

Quase um século depois, quando da tentativa de retomada da produção gumífera, houve novo fluxo migratório do Nordeste

para a Amazônia. Samuel Benchimol estima que entre 1941 a 1945 entrou em Manaus algo como 152.138 pessoas. Novamente a seca se constituiu no principal pretexto para um novo fluxo. Na verdade, a seca tem ofuscado a estrutura fundiária do Nordeste e o incentivo à migração, especialmente para a Amazônia, tem sido a estratégia para não se realizarem mudanças estruturais como a reforma agrária, por exemplo, abordado por vários autores dentre os quais Octavio Ianni.<sup>4</sup>

No que se refere ao fluxo de migratório recente, recorro a Moura, Teixeira, Moreira (1997) para sustentar que esse processo esteve ligado às políticas desenvolvimentistas adotadas a partir de 1960. Para estes autores, é possível identificar pelo menos quatro grandes eixos ou polos da ocupação amazônica recente, frutos do processo de expansão de fronteira ou de ações específicas do setor público.

O primeiro eixo é formado pela Zona Franca de Manaus, polo industrial, idealizado com o objetivo de direcionar o desenvolvimento regional para a Amazônia Ocidental. O segundo ocorre por meio do polo de Carajás, abrangendo o triângulo São Luís-Marabá-Belém, muito ligado à disponibilidade de recursos naturais – minério-ferríferos principalmente – inserido num contexto de globalização, com exportações direcionadas aos mercados internacionais.

O terceiro eixo a considerar é o avanço da fronteira agropecuária. É o prolongamento do avanço da fronteira oeste e está vinculado, economicamente, aos Estados de Minas Gerais e São Paulo e os migrantes não são mais os "cearenses", mas os "gaúchos". Na Região Norte, esse eixo penetra especialmente pelas rodovias do sul do Pará e sul do Maranhão e por áreas de Rondônia, Acre e sul do Amazonas. A construção do porto de Itacoatiara, no rio Madeira, para exportação de soja, tem a ver com a viabilização econômica desse eixo.

<sup>2</sup> Ver a respeito LATHRAP, Donald W. *O Alto Amazonas*; PORRO, Antônio. *As crônicas do Rio Amazonas*; DENEVAN, William M. *The pristine myth: The landscape of the Americas in 1492*.

<sup>3</sup> FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*, p. 151; Adélia Engrácia de Oliveira estima que, entre 1872 e 1910, tenham entrado na Amazônia mais de 300 mil imigrantes provenientes do Nordeste. *Ocupação Humana*, p. 226.

<sup>4</sup> Ver Octavio Ianni. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*, p. 33 et passim.

Finalmente, o quarto eixo apontado pelos autores foi fomentado pelo governo federal, pela criação de um sistema orientado para assentar migrantes de outras regiões do país e assim gerar polos de colonização agrícola. São os projetos de colonização dirigida executados pelo Incra.

No item a seguir a análise se concentra no primeiro eixo referente ao crescimento populacional da cidade de Manaus, decorrente especialmente da criação e implantação da Zona Franca de Manaus e da expansão e consolidação do Polo Industrial de Manaus.

#### A migração no final do século 20 na cidade de Manaus

O fluxo migratório em direção à cidade de Manaus, apresentado a partir dos anos 60 do século passado com a criação da Zona Franca de Manaus, em 1967, fez com que a cidade multiplicasse por oito o número de habitantes no período de 1960 a 2000, conforme a tabela abaixo.

**Tabela 1:** Município de Manaus. Evolução da população e Taxa de Crescimento – 1960-2000.

Ano	Amazonas (a)	Cresc. anual (%)	Manaus (b)	Cresc. anual (%)	(a)/(b) (%)
		3,44		2,30	
1960	721.215		175.343		24,3
		2,85		5,92	
1970	955.235		311.622		32,6
		4,12		7,35	
1980	1.430.089		633.383		44,3
		3,57		4,35	
1991	2.103.243		1.011.501		48,1
		3,40		3,73	
2000	2.812.557		1.405.835		50,0

Fonte: Extraído de Teixeira e Brasil, 2006.

A tabela a seguir mostra que o percentual de imigrantes na cidade de Manaus é de 23,5% em 1970 atingindo 35,2% em 2000. Dos pouco mais de 1,4 milhão de habitantes detectados pelo Censo de 2000, mais de um terço (495 mil) da população de Manaus era constituída de imigrantes.

**Tabela 2:** Município de Manaus. População total e não natural do município por tempo de moradia – 1970/2000.

Ano	População total	Não naturais	% sobre a população total	Com menos de dez anos de residência
1970	314.111	73.937	23,5	39.497
1980	633.383	213.273	33,7	108.656
1991	1.011.501	279.756	27,7	133.837
2000	1.405.835	495.007	35,2	199.119

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000, extraído de Teixeira e Brasil, 2006.

A tabela acima nos fornece algumas informações sobre a evolução da migração no município de Manaus a partir de 1970, três anos após a implantação da Zona Franca e a instalação das empresas do Distrito Industrial de Manaus. Observe-se que no que se refere à quantidade de migrantes e a sua participação na população, houve um crescimento expressivo entre os anos 1970 e 2000, com exceção de 1991 em que o percentual de imigrantes é de 27,7% inferior ou índice de 33,7% de 1980.

Como a migração está ligada à Zona Franca, a crise em decorrência da abertura da economia, ocorrida em 1989 elimina as vantagens comparativas do setor comercial da Zona Franca de Manaus e diminui os números de empregos diretos do Distrito Industrial. Até 1989, o Distrito Industrial havia atingido seu ponto culminante, considerando as 425 empresas instaladas e 112 em processo de implantação. No mesmo ano, a mão de obra ocupada no setor

industrial representava 127.804 empregos diretos na cidade de Manaus, sendo 74.818 no Distrito Industrial (SUFRAMA, 1989).

A partir de 1990, acentuou-se a crise da economia que determinou a ociosidade das empresas do Distrito Industrial, atingindo 80% em média, no final de 1991, com a paralisação total de alguns setores. Portanto, os dados populacionais relativos ao retardamento da migração são influenciados pela dinâmica econômica.

Com a implantação do Plano Real, em 1994, ocorreu nova dinamização no que concerne à produção e ao faturamento do Distrito Industrial; entretanto, isso não significou a recuperação do faturamento das empresas e, por conseguinte, do nível de empregos iguais aos de 1989. A recuperação vai se acentuar e determinar o ritmo no aumento do número de migrantes interrompido nos dados censitários de 1991 e que é retomado na década seguinte.

Recorrendo a Teixeira e Brasil é possível considerar o movimento migratório interregional, sendo que no caso de Manaus é originário especialmente do Estado do Pará. O número de migrantes paraenses vem aumentando desde 1970, tendo chegado na década de 80, com mais do dobro do referente aos demais migrantes da Região Norte. A partir da mesma década, passou a superar os efetivos migratórios provindos da Região Nordeste. Um só município paraense, Santarém, é o local de nascimento de perto de 15 mil migrantes (23% do total paraense) que chegaram a Manaus entre 1995 e 2000 (TEIXEIRA; BRASIL, 2006). Isso decorre especialmente pelo avanço da fronteira agrícola e pela crise dos garimpos do vale do Tapajós.

As condições de vida do migrante na cidade de Manaus, citadas pelos autores acima referidos a partir de uma pesquisa desenvolvida na Universidade Federal do Amazonas – Ufam, num trabalho de conclusão de curso em 2006, demonstra que as condições de vida do migrante, quando consideradas em relação ao nível de instrução e de renda, e a condição de ocupação (ocupado/desocupado) são melhores que as da população nativa do município. Além

disso, o referido estudo constatou que a situação socioeconômica dos migrantes provenientes do próprio Estado é pior, se comparada à dos imigrantes de outros estados, quando se consideram os níveis de renda e de instrução. No item a seguir, é analisada a situação de migrantes de um grupo específico, a população indígena em Manaus.

#### Um caso específico: índio na cidade

A migração do campo para a cidade, que resulta na crescente urbanização, constitui-se numa dinâmica populacional importante da sociedade contemporânea. Embora a urbanização seja, em nossos dias, um fenômeno mundial, o seu impacto é ainda maior e mais significativo nos países pobres com reflexos nas camadas menos favorecidas, atingindo dramaticamente quando se trata de etnias que não são predominantes, uma vez que para estes, a migração determina perda de parte de sua cultura, tendo cada povo que reelaborar, à sua maneira, estratégias de sobrevivência, como forma de adaptação ao mundo do branco.

Embora possam ser identificadas as causas pontuais, com maior ou menor relevância neste ou naquele povo, a migração indígena para a cidade de Manaus, enquanto processo mais amplo está relacionada à criação da Zona Franca (63,6% dos indígenas entrevistados chegaram à capital entre 1970 a 1985, época que corresponde ao boom do Distrito Industrial da ZFM). Ressalta-se, que no tocante à população indígena, a política indigenista de integração, aculturação e assimilação, explícita na não-demarcação do território indígena, no desrespeito à cultura, bem como na criação de obstáculos à autonomia, concorre para agravar ainda mais os problemas enfrentados por eles.

Estima-se que o fenômeno da migração indígena para Manaus seja intenso. No entanto, a quantificação da população indígena à época da pesquisa era desconhecida, quer pelos órgãos governamentais (IBGE – mensuração estatística; Funai – política



indigenista), quer pelas organizações não-governamentais que se interessam pela questão indígena. Quando se faz referência à população indígena da capital amazonense, parte-se de um número arbitrário de dez mil, creditando esta estimativa a uma pesquisa que não foi realizada.<sup>5</sup>

O não reconhecimento da população indígena em Manaus decorre do entendimento que perpassa o senso comum de que "na cidade, índio mesmo não tem, é tudo índio 'manso', domesticado".<sup>6</sup> Esta visão, como assinala Fígole (1985), decorre da concepção de que a presença do índio na cidade só é possível com base em uma completa transformação, que pressupõe a ruptura incondicional com o preexistente, configurado com o abandono do lugar. Desligar-se do lugar não significa apenas o afastamento de uma dimensão espacial, representa também o abandono do universo sociocultural e, portanto, de sua identidade. Essa postura exerce sobre os indígenas uma pressão ideológica de desvalorização.<sup>7</sup>

Com o objetivo de estabelecer estimativas o mais próximo possível da realidade, uma equipe do Conselho Indigenista Missionário – Cimi – Regional Norte I iniciou, no ano de 1995, um trabalho de identificação de famílias indígenas.<sup>8</sup> Desde o início da pesquisa ficou claro que essa etapa do trabalho ficaria restrita a identificar, quantificar, localizar e determinar condições dos índios residentes em Manaus o que poderíamos considerar, do ponto de vista demográfico, como a realização de um levantamento preliminar.

5 "Fala-se em 18 mil índios destribalizados na cidade de Manaus". MARTINS, José de Souza. *Não há terra para plantar neste verão*, p. 25. O autor não cita fonte; é possível que, como outros, tenha ele como base um projeto de pesquisa elaborado pelo professor Lauro Thomé, da Universidade Federal do Amazonas, que, por dificuldades de ordem operacional e logística, não foi executada.

6 FIGOLE, L. H. G. *Identidade Regional y "caboclisto": índios del alto rio Negro en Manaus*, p. 30.

7 *Ibid.*

8 Participaram da pesquisa Ana Délia Oliveira, Rozinei Lima Martins e Benedito do Espírito Santo, todos à época da pesquisa pertenciam ao Cimi Norte I.

Tratando-se de uma pesquisa sobre um segmento específico e não sobre todo o grupo, tornou-se necessário acerrar-se de alguns cuidados teóricos e metodológicos para a sua condução. Nesse sentido, foram estabelecidos os seguintes objetivos, tendo como parâmetro um estudo clássico sobre migração indígena para a cidade,<sup>9</sup> buscando adaptá-los às especificidades da cidade de Manaus: 1) Localizar os grupos com maior incidência; 2) Identificar as famílias indígenas e aferir as consequências mais significativas da migração, tais como o local e condições de moradia, reorganização do grupo familiar, a inserção do indígena no mercado de trabalho urbano.

Optou-se pelos povos que apareceram com maior incidência na pesquisa: Apurinã, Saterê-Maué e Cambeba, Ticuna e povos do alto rio Negro (Baré, Tukano, Arapasso, Wanano, Tariano, Baniwa, Dessana, Piratapuaia).

Os objetivos da pesquisa foram sempre mediados pelo entendimento da migração das populações indígenas no contexto da mobilidade da população no geral, qual seja, a migração é o mecanismo de redistribuição espacial da população, sendo um processo social em que a unidade atuante não é o indivíduo, mas o grupo. Sendo um processo social, supõe-se que a migração, no caso em análise de populações indígenas, tenha causas estruturais que colocam grupos sociais em movimento.<sup>10</sup> Mais do que a mudança de um lugar para o outro, existe a transformação de um tempo para outro, pois a migração para o índio significa mais do que ir para outro lugar, é viver num mundo diferente, circular espaços desconhecidos, conhecer temporalidades dilaceradas pelas contradições sociais.<sup>11</sup>

9 OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Urbanização e tribalismo*. Foi muito útil, para a elaboração do relatório, a leitura do texto de Patrícia Ferri: *Achados e perdidos: a migração indígena em Boa Vista*, 1990.

10 SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*, 1987, p. 51.

11 MARTINS, José de Souza. *Op. cit.*, p. 45.

Não foi escolhido um bairro específico, sendo que as primeiras famílias foram escolhidas a partir do conhecimento já acumulado no Cimi. Identificadas as primeiras famílias, estas foram indicando parentes, nem sempre com precisão de endereços, mas com informações suficientes para possibilitar a localização da nova família.

A finalidade da pesquisa, para o Cimi, era de ter um quadro inicial dos indígenas em Manaus; não se discute os dados do ponto de vista antropológico, pelas dificuldades de se estabelecer a interpretação e revisão das diferentes perspectivas metodológicas e teóricas que tratam das relações entre minorias e maiorias dominantes na cidade, o que poderá ser feito pelos dados levantados. Do ponto de vista estatístico, existem também dificuldades teóricas, quanto aos critérios utilizados na mensuração dos dados, pois em se tratando de um universo restrito, os percentuais podem não esclarecer a realidade.

A pesquisa de campo foi realizada em etapas: na primeira, foram pesquisadas 34 e em seguida 109 moradias. Os dados dessa etapa subsidiaram o primeiro relatório entregue ao Cimi em dezembro de 1996. Na segunda etapa, foram arrolados dados de 85 famílias cadastradas na Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - Coiab. Finalmente, foram consideradas as informações de 94 estudantes cadastrados no Maeiam - Movimento de Estudantes Indígenas do Amazonas e outros 22 estudantes indígenas participantes do cursinho pré-vestibular realizado no ano de 1996. No total, foram obtidos dados de 228 moradias e informações de 116 estudantes indígenas, porém, foram considerados os dados de 143 moradias da fase inicial pela simetria dos questionários.

Esse aspecto confere uma dificuldade adicional para a tabulação dos dados, pois os questionários das diferentes etapas sofreram modificações, em que suprimiu-se algumas informações e introduziram-se outras. Nos formulários realizados pelas informações dos arquivos da Coiab, os dados estão restritos à etnia, local

de moradia, número de famílias por domicílio e número de pessoas morando em cada casa. Por isso alguns dados são trabalhados em percentuais e não em valores absolutos.

### Resultados da pesquisa

No trabalho de campo foi possível visitar 143 residências, com 162 famílias num total de 835 pessoas, sendo 27 não índios e 808 que se identificaram como índios. A base de onde parte a referência estatística deste relatório é o número de residências visitadas, ou seja, 143, sendo que a entrevista foi feita com o membro mais antigo do núcleo familiar identificado como sendo indígena, não se estabelecendo diferenciação de gênero. Quando havia filhos adultos, eventualmente a entrevista era conduzida por estes. As análises estatísticas foram realizadas baseadas na criação de um banco de dados em que foi utilizado o software estatístico SAS, que permitiu a tabulação dos dados de campo.

Dos 143 domicílios, 62 foram identificados como povos do alto rio Negro, 27 de Apurinã, 17 Ticuna, 16 Sateré-Maué e 8 Cambéba, sendo que outros povos tiveram incidência menor.

Em quase 91% dos domicílios visitados reside apenas uma família. Utilizou-se na pesquisa um conceito de família já usado em pesquisa anterior.<sup>12</sup> Família é o grupo doméstico constituído por parentes e não parentes que vivem sob o mesmo teto, estabelecendo estratégias de sobrevivências comuns.

### Causas da migração indígena

Número expressivo não respondeu à questão, 37,7%, o que somado aos que não sabiam direito, sobe para 47,5%. Esse percentual pode significar que as pessoas não têm claro o motivo da migração, o que aponta para inúmeras causas.

12 O conceito aqui utilizado foi o mesmo da pesquisa "Família e Sociedade", realizada por Heloisa Campos Lara e José Aldemir de Oliveira.

Existe a tendência de o grupo social responder a questões partindo-se da experiência concreta de cada um. As respostas que poderíamos classificar como estruturais quase nunca aparecem. Todas as respostas têm a ver com os conflitos vividos pelo grupo indígena de origem e identificadas como motivações concretas vividas no cotidiano ou no imaginário de cada um, como os problemas relacionados à saúde, morte de parentes, conflitos internos e questão de terra.

Dos que responderam a questão, 51% migraram à procura de emprego. Essa resposta mostra, à primeira vista, uma série de questões que indicam as precárias condições de vida na aldeia. Na essência, o que tem de ser levado em conta é que o contato cria necessidades, estabelecendo no imaginário indígena determinada axiologia a que não é capaz, nem tem interesse de atender. Convém analisar essa resposta relacionando o contato ao mundo da mercadoria que esconde de forma sub-reptícia os interesses de exploração, que trazem consigo a expulsão. Outra motivação para saída da aldeia que apareceu com 11,8% é a saúde, ou mais precisamente, o indígena que buscava tratamento para si ou para um parente.

Os que relacionaram a educação, sua e/ou dos filhos, como causa para a saída da aldeia representaram 9,2%. Tratando-se de outra cultura, o acesso à escola é considerado como possibilidade de obter os instrumentos culturais que lhes possibilitam a inserção no mundo da cidade. Nesse sentido, o percentual reduzido no item educação pode parecer contraditório. Pode significar que a não realização de determinadas aspirações leve o índio a não valorizar a escola em decorrência dele ou de seu filho não frequentá-la.

As intrigas internas citadas por 6,6% dos entrevistados podem ser implicitamente influenciadas por informações externas que chegam às aldeias, dentre as quais as difundidas pelos meios de comunicação de massa já mencionadas. Existem questões objetivas como briga entre parentes, falecimento e intrigas no restante do grupo. Observa-se ainda a incidência do incentivo institucional,

visto que 73% dos que responderam à questão disseram que foram incentivados por militares, funcionários da Funai e religiosos.

As causas de expulsão *per sí* não são suficientes para o entendimento de todo o processo migratório, sendo, portanto, necessário discutir os mecanismos de atração que podem ser reais ou imaginários. Assinale-se que estes não podem ser entendidos separados dos motivos relacionados anteriormente e que no caso específico de populações indígenas devem ser consideradas as relações interétnicas. Uma questão parece ser relevante em se tratando de atração de populações indígenas para os centros urbanos: a superação do estereótipo de que os indígenas migram com a esperança de se integrarem rapidamente à sociedade envolvente. Os dados obtidos na pesquisas apontam a migração não como opção, mas como a última possibilidade de sobrevivência e no limite pode estabelecer-se a seguinte hipótese: *a migração para a cidade é a possibilidade de o índio continuar sendo índio*. Apesar de todos os preconceitos e da longa permanência fora da aldeia, as pessoas assumem a sua condição étnica sem rodeios. Essa questão não é tão fácil de ser entendida, na medida em que é contraditória, pois comporta a dimensão do vir a ser, ou seja, ao mesmo tempo em que busca identificar-se com o outro, numa estratégia de inserção e de reafirmar que sua condição é diferente.

### **Assimilação, resistência ou nem uma coisa nem outra**

Nos estudos sobre migração, uma das questões frequentemente abordadas é a relação entre migração e distância. Os estudos mais significativos sobre o tema sustentam, na maioria das vezes, que a migração ocorre em pequenas distâncias. No caso das populações indígenas, a relação entre migração e distância não pode ser considerada, tomando-se como parâmetro apenas o centro de absorção, mas é preciso levar em conta as cidades situadas em áreas próximas à aldeia e verificar se há maior concentração de determinada etnia nessas cidades do que nas mais distantes.

Na impossibilidade de se estabelecer essa comparação, a pesquisa buscou identificar se a migração ocorreu em etapas, ou seja, se antes de chegar a Manaus os indígenas haviam morado em outras cidades. Dos 143 domicílios visitados, em 134 este item foi respondido, dos quais 57 ou 42,5% assinalaram já haver morado em outra cidade após sair da aldeia, enquanto 77 ou 57,5% vieram da aldeia direto para Manaus.

A outra cidade onde moraram antes de migrarem para a capital está próxima à aldeia, sendo que na maioria das vezes a aldeia se localiza no município. Os Apurinã citaram especialmente Lábrea; os Sateré-Maué, Parintins, Itacoatiara e Barreirinha; os Cambeba, São Paulo de Olivença e Santo Antônio do Itá, e os povos do alto rio Negro, São Gabriel da Cachoeira.

Quanto às etapas de migração, dois aspectos são importantes serem considerados: 1) Nas pequenas cidades do interior do Amazonas as oportunidades de trabalho são mínimas e quase nenhum para os indígenas; 2) Na "cidade grande" o indígena pode passar despercebido, o que lhe confere anonimato, livrando-se de discriminações.

Para aferir-se o nível de permanência dos vínculos com a aldeia, foi perguntado se os indígenas tinham contato com parentes que permaneceram nas aldeias. Dos que responderam a questão, 21,3% não mantêm nenhuma forma de contato e 78,7% responderam que mantêm alguma forma de contato. Predomina como forma de contato a carta com 56,6% e as visitas periódicas correspondem a 28,9%. Há ainda uma forma de contato que significa estratégia de sobrevivência, por exemplo, a vinda de produtos alimentícios da aldeia que servem como complemento alimentar e em alguns casos são também vendidos.

Quando a pergunta se refere aos parentes residentes em Manaus, 89,1% responderam que mantêm contatos com parentes que moram na cidade, entretanto apenas 33,9% sabem o endereço dos parentes, o que não significa desconhecer onde moram.

É preciso considerar as aspirações dos indígenas e suas perspectivas em relação à cidade e à aldeia. Quanto a voltar para a aldeia, 64,3% responderam que não querem voltar, 14,0% querem voltar e 21,7% não responderam. Observa-se que, dos que respondem à questão, a maioria não quer voltar para a aldeia.

Outra questão indagada foi se os indígenas sentiam-se melhor na cidade ou na aldeia. Dos que responderam, a maioria, 77%, responderam que se sente melhor na cidade, 9,2%, sentem-se melhor na aldeia.

Em todos os itens perguntados é significativo o número dos que não responderam. Nesses casos, o silêncio pode exprimir a fala ausente. Expressões como "não quero lembrar o que deixei pra trás", "não quero saber disso" eram comuns nas entrevistas, como se para expressar a perda tenham que silenciar. Nesse sentido, silenciar não é necessariamente esquecer, pode corresponder a um trabalho de 'gestão da memória' levada a cabo como uma espécie de estratégia de sobrevivência ou como uma resistência impotente ao enquadramento.<sup>11</sup>

### Considerações finais

Em primeiro lugar, é preciso considerar que a migração não é um processo simples, linear do ponto de vista temporal, espacial e social e por isso assume formas e significados diferentes que dependem das condições do espaço-tempo. Mais complexo ainda é analisar o processo quando envolve povos de cultura diferentes, pois quase sempre parte-se de parâmetros que não levam em consideração o outro, assumindo-se posturas paternalistas ou agressivas.

Em segundo lugar, é necessário compreender que o afastamento geográfico não impede que o migrante tenha o seu lugar de origem como referência. Ao mesmo tempo em que sofre a influência

11 S MACHADO, Maria de Fátima Roberto. *Os índios de Rondon - Os Paresi da cidade*, p. 305.

de um contexto cultural mais amplo, reorganizando-se e reestruturando especialmente o grupo familiar nos moldes do lugar onde está. O migrante se sente "do lugar" quando a festa migra com ele, como asseverou José de Souza Martins. Aqui parece confirmar-se a afirmação de Lévi-Strauss de que os homens não produzem suas culturas isoladas de todas as outras.<sup>14</sup> Esse processo não pode ser considerado exclusivamente pelo econômico, pois tem dimensões culturais, políticas e ideológicas e retrata o vivido de quem o constrói, no caso específico. Esse processo é produzido socialmente, sendo o resultado datado num determinado tempo e lugar.

No caso específico dos indígenas na cidade, é preciso compreendê-los pelas características específicas, tentando não os ver como pedaços de cultura. Em outras palavras: os índios na cidade estão se produzindo com base na experiência específica de cada povo e sendo influenciados por dimensões gerais decorrentes da assimilação de práticas culturais da sociedade envolvente.

Finalmente, o migrante representa especificidades que refletem a configuração da territorialidade em construção na Amazônia. As espacialidades amazônicas são produzidas pela interação de fatores exógenos e endógenos. Cada migrante indígena, com maior ou menor relevância, está presente no espaço que produz.

14 LÉVI-STRAUSS, C. *Raça e história*, p. 36.

## Referências

- AMAZONAS. SUFRAMA. *Perfil das empresas localizadas na Amazônia Ocidental*: [s.n.] Manaus, 1989.
- BENCHIMOL, S. *Romanceiro da batalha da borracha*. Manaus: Imprensa Oficial, 1992.
- BRASIL. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censos Demográficos*. 1970, 1980, 1991, 2000. Rio de Janeiro: IBGE.
- DENEVAN, W. M. The pristine myth: The landscape of the Americas in 1492. *Annals of the Association of American Geographers*, 82(3), p. 369-85, 1992.
- FERRI, Patrícia. *Achados e perdidos? A imigração indígena em Boa Vista*. Goiânia: MLAL, 1990.
- FÍGOLI, Leonardo H. G. Identidad regional y 'caboclistmo': Índios del Alto rio Negro en Manaos. In: ANUÁRIO ANTROPOLÓGICO. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1985. p. 119-154.
- FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 15. ed. São Paulo: Nacional, 1977.
- IANNI, O. *Colonização e contra-reforma agrária*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- LATHRAP, D. W. *O Alto Amazonas*. Lisboa: Verbo, 1975.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. Raça e história. In: *Antropologia estrutural II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.
- MACHADO, M. F. R. *Índios de Rondon*. Rondon e as linhas telegráficas na visão dos sobreviventes Waimare e Kaxinití, grupos Paresi. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1994.
- MARTINS, J. de S. *Não há terra para plantar neste verão*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1988.



MOREIRA NETO, C. A. In: FERREIRA, A. R. *Viagem filosófica ao rio Negro*. Belém: Museu Goeldi, [s. d.].

MOURA, H. A.; MOREIRA, M. de M. *As migrações na Região Norte em Período Recente: uma abordagem preliminar*. Manaus: FJN/IESAM, 1997.

OLIVEIRA, A. E. de. Ocupação Humana. In: SALATI, E. et al. *Amazônia: desenvolvimento, integração e ecologia*. São Paulo: Brasiliense; Brasília: Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1983. p. 144-327.

OLIVEIRA, R. C. de. *Urbanização e tribalismo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.

PORRO, A. *As crônicas do Rio Amazonas*. Petrópolis: Vozes, 1992.

SINGER, P. *Economia política da urbanização*. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

TEIXEIRA, P.; BRASIL, M. *População: características de dinâmica demográfica em Manaus*. Manaus: Ufam, 2006, Atlas de Desenvolvimento Humano em Manaus.

interdisciplinar, no desenvolvimento teórico do pensamento científico, com as principais forças, no domínio das ciências sociais, das três últimas décadas, tem sido remover este conceito já cristalizado no senso comum coletivo. Em algumas de suas tentativas distais definir com precisão o que se está denominando de "migração" e, assim, tanto uma ação em si mesma, quanto a personificação de coletivo através de um seu efeito do significado de "migrante", levando em conta os agentes sociais específicos e suas modalidades de autorepresentação. Com fundamento nesta ruptura as denominadas "novas migrações" se tornaram concomitantemente um problema político e cultural referidas a quaisquer realidades empiricamente observadas, seja na Europa, seja no Nordeste brasileiro ou na Amazônia. Em outras palavras, se tornaram um problema de identidade que impõe uma política de diferenças e contempla os dispositivos, enquanto práticas e discursos. Embora algumas análises aqui apresentadas sejam "preliminares", tal como sublinhado pelos próprios autores, e representam um esforço inicial, elas se situam, tal como as demais, neste campo de rupturas, consoante os novos padrões explicativos.

*Alfredo Wagner Berno de Almeida*

Essa coletânea de textos nos oferece um panorama da problemática que envolve o estudo das migrações no Brasil contemporâneo e, em especial, na Amazônia. É o resultado de esforços dos pesquisadores que fazem parte do Grupo de Estudos Migratórios na Amazônia - GEMA, mas também de outras instituições do país, os quais, a partir de diferentes enfoques e contextos, abordam questões que envolvem tanto a compreensão do fenômeno migratório com suas implicações mais amplas, quanto a necessidade de dar respostas concretas à quem se encontra na condição de vulnerabilidade que a migração pode ensejar.

Num contexto marcado pela migração intraestadual, mas não exclusivamente, já que temos também a presença de migrantes interestaduais e internacionais, o desafio que se coloca aos estudiosos do fenômeno migratório é tentar explicar a lógica subjacente a estes movimentos populacionais que continuam visualizando na metrópole amazonense a possibilidade de dias melhores.

Ao tornar pública as reflexões aqui apresentadas, o Grupo de Estudos Migratórios na Amazônia pretende, além de compartilhar com a comunidade interna e externa à Academia resultados de pesquisas realizadas pelos seus membros, estimular o surgimento de novos estudos que contribuam para a compreensão da problemática migratória na atualidade.

SILVA, Sidney Antônio (ORG).  
Migrantes em contextos urban



0000000711



9 788574 000711